

“O novo sobre o antigo”: Brandi e a tutela dos centros históricos como instância moral

“New insertions on the old”: Brandi and the protection of historic centers as a moral instance

MARINA DOCCI

<https://orcid.org/0000-0001-6001-391X>

Università La Sapienza / Roma, Itália

DOCCI, Marina. “O novo sobre o antigo”: Brandi e a tutela dos centros históricos como instância moral. *Anais do Museu Paulista*. História e Cultura Material, São Paulo, v. 34, p. 1-28, 2026.

DOI: <https://doi.org/10.11606/1982-02672026v34e5>

RESUMO: Este texto examina a contribuição de Cesare Brandi para o debate italiano dos anos 1950 sobre a relação entre arquitetura moderna e cidade histórica, interpretando-a à luz dos princípios teóricos elaborados sucessivamente na *Teoria da Restauração* (1963). A análise leva em consideração uma série de textos e de apresentações públicas – da conferência “Il vecchio e il nuovo nelle antiche città italiane” (1956) até o artigo “Il nuovo sul vecchio” (1964) – nos quais Brandi formula uma clara recusa de qualquer inserção contemporânea em contextos urbanos antigos, baseado em razões estéticas, históricas e éticas. Sob esse ponto de vista, a tutela dos centros históricos se configura não apenas como uma operação técnica ou normativa, mas como instância moral e dever cívico. A reflexão teórica é depois aprofundada para o caso concreto de Siena, cidade natal do crítico, em que Brandi denuncia reiteradamente os riscos derivados de projetos de substituição de edifícios e de inserções incongruentes. O confronto com outras posições do mesmo período – particularmente aquelas de Argan, Cederna, Michelucci, Pane, Piccinato, Quaroni e Zevi – permite colocar o pensamento brandiano em perspectiva mais ampla, evidenciando a especificidade ética de suas formulações. O texto mostra como, para Brandi, a tutela dos centros históricos não é uma simples tarefa técnica, mas antes um dever civil: uma responsabilidade coletiva que implica a proteção da paisagem urbana como patrimônio único e não repetível, com valor de civilização. Essa perspectiva oferece, ainda hoje, instrumentos críticos úteis para refletir sobre a relação entre conservação e transformação na cidade histórica.

PALAVRAS-CHAVE: Cesare Brandi. Arquitetura moderna. Centros históricos. Siena.

ABSTRACT: This essay examines Cesare Brandi’s contribution to the Italian debate of the 1950s on the relationship between modern architecture and historic cities, also interpreting it in the light of the theoretical principles later developed in the *Theory of Restoration* (1963). The analysis considers a series of texts and public interventions—from the lecture “Il vecchio e il nuovo nelle antiche città italiane” (1956) to the article “Il nuovo sul vecchio” (1964)—in which Brandi firmly rejects any contemporary insertions into ancient urban contexts, grounding his position on aesthetic, historical, and ethical reasons. From this perspective, the safeguarding of historic centers is not only a technical or regulatory operation, but also a moral imperative and a civic duty. The theoretical reflection is then explored in depth in the specific case of Siena, the critic’s hometown, where Brandi intervened on several occasions to denounce the risks posed by redevelopment projects and incongruous insertions. The comparison with other contemporary positions—particularly those of Argan, Cederna, Michelucci, Pane, Piccinato, Quaroni, and Zevi—makes it possible to situate Brandi’s thought within a broader perspective, highlighting its ethical distinctiveness. The contribution thus emphasizes how, for Brandi, the safeguarding of historic centers is not merely a technical task, but above all a civil duty: a collective responsibility that entails protecting the urban landscape as a unique and unrepeatable heritage, a bearer of civilization. This perspective, even today, provides useful critical tools for reflecting on the relationship between conservation and transformation in historic cities.

KEYWORDS: Cesare Brandi. Modern architecture. Historic centers. Siena.

INTRODUÇÃO

Nos anos 1950 se desenvolve, na Itália, um debate articulado sobre a relação entre arquitetura moderna e cidades históricas em que há uma contraposição entre as instâncias de renovação e as necessidades da tutela.¹

Essa discussão, alimentada por arquitetos, urbanistas e historiadores da arte, está inserida em um contexto profundamente marcado pelas destruições da Segunda Guerra Mundial e da urgência da reconstrução que dela deriva. Mesmo estando ligada a uma tradição de estudos que, a partir de Gustavo Giovannoni,² já havia colocado o problema da conservação dos centros históricos, de sua reabilitação e de sua relação com a cidade contemporânea,³ o pós-guerra impõe novas reflexões a respeito da compatibilidade entre antigo e novo.

Nesse contexto se insere a contribuição de Cesare Brandi, cuja posição, expressa em uma série de apresentações públicas e textos publicados entre 1956 e 1964, é caracterizada por uma radical recusa de qualquer inserção moderna em tecidos urbanos históricos. Essa recusa se fundamenta em argumentações de caráter prevalentemente estético e filosófico e reflete uma concepção da tutela entendida como instância moral, antes mesmo do que como operação técnica ou disciplinar.

Este texto percorre as premissas e principais passagens daquele debate, relendo-as à luz do pensamento de Brandi. Por meio do confronto com outros protagonistas do período – entre os quais Giulio Carlo Argan, Antonio Cederna, Giovanni Michelucci, Roberto Pane, Luigi Piccinato, Ludovico Quaroni, Bruno Zevi –, o texto tem por objetivo evidenciar como, para Brandi, a salvaguarda das cidades históricas assume um valor de dever cívico, expressão de uma responsabilidade coletiva em relação ao patrimônio histórico-artístico e de seu significado cultural universal. Em particular, as elaborações de Brandi sobre o tema da incompatibilidade entre arquitetura moderna e contexto histórico serão analisadas, na parte final, à luz de alguns escritos dedicados à sua cidade natal, Siena, em que essas reflexões assumem um significado ético e cívico ainda mais marcado.

AS PREMISSAS DE UM DEBATE

Em 1939 Giulio Carlo Argan publicou um artigo intitulado “Urbanistica e architettura”⁴. O autor enfrenta a relação entre tradição e modernidade, oferecendo algumas chaves de leitura de ordem filosófica e estética para justificar, em perspectiva teórica, a possibilidade de inserir edifícios ou organismos novos em contextos antigos. Dois anos depois, em 1941, o debate ganha corpo a partir de um escrito de Paolo Monelli⁵ que, de modo cáustico mas eficaz, lança um apelo deplorando os cortes e desventramentos que ainda eram perpetrados nos velhos centros, em particular em Roma, em nome da higiene e, sobretudo, para resolver os problemas de tráfego.

1. O tema foi aprofundado por diversos estudiosos. Ver, em particular, De Martino (1966), Miarelli Mariani (1987), Pane, A. (2008) e Vassallo (1975).

2. Ver Giovannoni (1913, 1995). Sobre a contribuição de Giovannoni para esses temas, ver Pane, A. (2007).

3. Sobre esses temas a bibliografia é muito vasta. Ver, entre outros, Zucconi (1989, 2022).

4. Argan (1939).

5. Monelli (1941).

6. Melis (1941a, 1941b).

7. Piacentini (1941).

8. Em latim no original. Literalmente “com um grão de sal”, algo que indica certo ceticismo e a necessidade de proceder com cautela [N. dos T.].

9. Calzecchi Onesti (1941, p. 6). Ao longo do texto, todas as traduções das citações estrangeiras, quando não indicado o contrário, são dos tradutores [N. dos T.].

10. Ragghianti (1941, p. 3).

11. Sobre esses temas ver Russo (2009, p. 55-59).

12. Berenson (1945).

13. Bianchi Bandinelli (1945).

14. Berenson expõe a sua opinião a partir de uma aguda premissa sobre o significado que atribuímos a três termos que definem três diversas categorias de construção: “arquitetônico”, “pitoresco” e “bizarro”. Desses mesmos conceitos também parte Bianchi Bandinelli, invertendo, porém a tese de Berenson: “Ao pensamento que [...] seja possível dar um coração artificial a Florença, apenas para não desiludir os turistas habituados ao cartão postal estereotipado da Ponte Vecchio com suas casas espelhadas no Arno, não podemos deixar de ficar horripilados e de prontamente desejar não seguir habitando numa cidade falsa, como ela seria” (Bianchi Bandinelli 1945, p. 115).

A Monelli respondem, a partir de uma perspectiva diversa, Armando Melis⁶ e Marcello Piacentini.⁷ Os dois arquitetos, mesmo concordando em linhas gerais com a necessidade de salvaguardar o patrimônio histórico e artístico das cidades italianas – mas sobretudo os monumentos mais importantes –, demonstram ter mais confiança na arquitetura contemporânea e na competência dos arquitetos e dos urbanistas italianos.

Mais cético é Carlo Calzecchi Onesti que, diante da confiança de Argan nas capacidades do “artista” moderno de não interromper o processo expressivo da tradição, responde não entrever, naquele momento, tal “artista” na concreta realidade das cidades italianas, e, portanto:

Fazendo um balanço, se existe um patrimônio monumental a ser conservado e se existem características tradicionais respeitáveis na constituição adquirida por cada uma das nossas cidades, nós declaramos nossa predileção pelo urbanismo que resolve as novas exigências sem tocar na cidade velha [...]. Admitimos, *cum grano salis*,⁸ algumas demolições, com renovação *in situ*, sem alteração de proporções e massas em relação ao complexo urbano (e na renovação não queremos ruminações de velhos estilos); admitimos as liberações feitas com extrema prudência; somos inimigos sempre e em todos os casos dos ambientamentos em estilo; vemos com extrema desconfiança as aberturas de novas ruas para descarregar e canalizar o demasiadamente aumentado tráfego urbano; e fazemos ardentes votos que cresça rapidamente o número de arquitetos geniais e de boa fé convencidos do nexo Urbanismo-Arquitetura e da necessidade de que, quando novo e velho estiverem perto, seja resolvida a pacífica, ou melhor, harmoniosa convivência.⁹

Carlo Ludovico Ragghianti toma por base os artigos precedentes de Argan e Calzecchi Onesti, com os quais concorda sobre a necessidade de salvaguardar monumentos e ambientes artísticos e históricos do passado, “e em coordenação com as exigências econômicas e com a legitimidade das expressões arquitetônicas do nosso tempo”¹⁰. Evidencia, no entanto, o fato de que o urbanismo não pode ser resolvido nem apenas com os aspectos estéticos, nem, tampouco, somente com normas e parâmetros técnicos, mas é inevitável uma estreita conexão entre o urbanismo e o seu princípio ético-político e vice-versa.¹¹

Os eventos bélicos interrompem momentaneamente essas trocas de ideias, enquanto as destruições que se seguem contribuem para que o problema emerga novamente.

Em 1945 a revista *Il Ponte* acolhe uma querela – que podemos definir como paradigmática – sobre o modo de reconstruir o centro histórico de Florença, destruído pelos alemães em 1944. À tese de Bernard Berenson de reconstruir “como era, onde estava”¹² todo o tecido urbano em torno da Ponte Vecchio, excetuando as modificações internas necessárias nos edifícios singulares, opõe-se decididamente Ranuccio Bianchi Bandinelli,¹³ que, à fria e falsa cópia, prefere uma arquitetura ligada às formas simples da tradição toscana e reivindica o direito de viver em cidades vivas.¹⁴

Simultaneamente ao desenvolvimento do concurso nacional “para a reconstrução das zonas destruídas em torno da Ponte Vecchio” (Figuras 1 e 2) – lançado em 31 de dezembro 1945 e concluído em março de 1947, com a atribuição de três prêmios *ex aequo* para o primeiro lugar e dois para o segundo – se desenrola, no jornal de Florença *La Nazione del Popolo*, um vivo debate. Dele participam, além dos dois estudiosos citados, também Roberto Papini, Ugo Procacci, Giovanni Michelucci,¹⁵ Guglielmo De Angelis d’Ossat¹⁶ e Carlo Ragghianti, para citar apenas os nomes mais conhecidos.



Figura 1 – Galileo Chini. *Torri e macerie di Borgo San Jacopo a Firenze*, lápis e óleo sobre compensado, 1944. Acervo dos Musei Civici Fiorentini. Foto: Paolo Tosi. Fonte: Romby, 2025.



Figura 2 – Florença. Concurso para a reconstrução das zonas destruídas em torno da Ponte Vecchio. Lema: “David ‘46”, c. 1946. Lápis, tinta, fotografia sobre papel. Fonte: Romby, 2025.

15. Apesar de Michelucci não ter participado do concurso, existem numerosos desenhos seus (1945-1947) de estudos para a reconstrução da área em torno da Ponte Vecchio de Florença. Disponíveis em: <https://db.michelucci.it/archivi/disegni/>. Acesso em: 6 Maio 2025.

16. De Angelis d’Ossat (1944 e 1946). Republicados respectivamente em De Angelis d’Ossat (1995 e 2002).

17. Houve recentemente em Florença (de 25 de outubro de 2024 a 15 de fevereiro de 2025) uma exposição com o título *Ricostruzione della Memoria, Memoria della Ricostruzione* (Reconstrução da Memória, Memória da Reconstrução), organizada pelo Archivio Storico di Firenze, que reconstituiu os eventos do concurso. Ver o catálogo da exposição e em particular Romby (2025), com ampla bibliografia sobre o tema.

18. Argan (1954, p. 20).

19. O projeto de Wright foi publicado pela primeira vez integralmente em *Metron* (v. IX, n. 49-50, 1954), quando as críticas ao projeto eram já numerosas.

O resultado do concurso, a decisão sucessiva de confiar o projeto executivo aos autores dos cinco primeiros projetos classificados e a efetiva reconstrução contradizem clamorosamente, no entanto, todas as expectativas nascidas daquele estimulante confronto.¹⁷

OS ANOS 1950: AS QUESTÕES ARQUITETÔNICAS E OS TEMAS URBANOS E SOCIAIS

Nos anos 1950 são realizados numerosos congressos que tiveram como tema os centros históricos, ampliando o olhar das questões arquitetônicas para as urbanas e sociais. A atenção volta-se, ademais, a alguns casos que emergem com força nas notícias. Impossível seguir de modo pormenorizado a produção daqueles anos, a não ser para sublinhar alguns eventos-chave que enquadram o clima no qual está inserida a contribuição de Cesare Brandi.

Já em 1950, no VII Congresso Nacional de História da Arquitetura de Palermo, algumas apresentações haviam tocado no argumento, e, entre elas, interessante foi a de Saverio Muratori – dirigida aos restauradores – sobre o conceito de “unidade arquitetônica do ambiente urbano” e sobre a necessidade de adquirir consciência disso.

Em 1952, arquitetos, escritores, homens de cultura e cidadãos, liderados por Antonio Cederna, vão a campo contra os projetos de destruição de trechos de ruas de Roma (via Veneto, via Margutta, via del Babuino e via Vittoria).

Em 1954, Argan retorna ao tema dos centros históricos, evidenciando a importância da relação com os habitantes:

Se é o desejo conservar esses bairros não apenas nas suas características pitorescas, mas na concretude dos seus valores, é necessário que eles continuem a ser bairros populares. Com efeito, o caráter de um bairro é inseparável da sociedade que nele vive. Afastemos do Trastevere ou do Parione o conjunto de pequenos artesãos e comerciantes, que já há séculos estão ali, e os substituamos por um extrato de média e alta burguesia: em poucos anos Trastevere e Parione se tornarão Prati ou Parioli [...], uma grotesca falsificação.¹⁸

É, no entanto, o projeto de F. L. Wright para o Memorial Masieri, em Veneza, que reacende com maior intensidade o debate sobre a licitude das intervenções modernas nos tecidos antigos, e isso antes mesmo da publicação integral do projeto, em abril de 1954.¹⁹ O confronto que se desenvolve, seja nas revistas semanais, em particular em *Il Mondo* e *L'Espresso*, seja nos periódicos populares, como *La Domenica del Corriere*, seja, por fim, nas revistas de arquitetura, conta com a participação, em diversas frentes, de arquitetos, jornalistas, críticos de arte e cidadãos.

O tema é conhecido e aqui nos limitamos a recordar brevemente que as várias opiniões expressas naqueles anos, e sucessivamente contestadas, podem ser resumidas em duas tendências opostas. Por um lado, aqueles que se mostram decididamente

contrários a qualquer inserção moderna, como Antonio Cederna e Ludovico Quaroni.²⁰ Eles sublinham a ruptura ocorrida entre nós e o nosso passado e consideram que hoje não seja mais admissível substituir qualquer edifício antigo por um edifício moderno. O reconhecimento do ambiente urbano como organismo unitário, como estrutura, é, com efeito, uma conquista recente que impõe “o respeito e, portanto, o empenho de conservar os centros antigos em sua unidade integral”²¹. Cederna, em particular, nega firmemente, como em seguida fará também Brandi, a possibilidade de inserções contemporâneas no corpo de centros antigos: “A arquitetura contemporânea não pode flanquear a antiga, por ser nascida de uma fratura da tradição arquitetônica que jamais havia ocorrido na história da arquitetura, dos faraós a Napoleão Bonaparte”²².

Na vertente oposta, mesmo se com nuances diversas, estão aqueles que desejam a convivência entre arquitetura moderna e cidade antiga, entre eles Roberto Pane, Ernesto Nathan Rogers,²³ Bruno Zevi e Giovanni Michelucci.²⁴ Estes dois últimos deslocam a atenção sobre o aspecto arquitetônico do problema. O cerne da argumentação é focado no confronto entre a velha casa “desprovida de qualquer importância artística”²⁵ e as qualidades formais do projeto idealizado por “um dos maiores arquitetos vivos”²⁶. Em geral, para os fautores do projeto de Wright, a cidade antiga não é um organismo concluído, mas sim um organismo vivo, em relação ao qual não se sente qualquer fratura e sobre o qual é possível intervir assim como se intervinha no Renascimento.

Em junho de 1954, depois da divulgação integral do projeto de Wright, foi publicado um longo artigo de Bruno Zevi que resume as argumentações a favor e contra o projeto dos principais protagonistas do debate. Além de Pane e Cederna, Zevi retoma também as teses de Roberto Papini, Goffredo Bellonci, Carlo Ludovico Ragghianti, Filippo Sacchi e Sergio Bettini. Às diversas objeções levantadas pelos críticos Zevi responde pontualmente, concluindo que “o projeto de Wright deveria ser aprovado integralmente”²⁷.

Depois da decisão de não construir o projeto no Canal Grande, as polêmicas sobre esse caso específico esmorecem naturalmente, para ressurgir, no entanto, em termos mais gerais, no âmago de um debate que agora traz à ribalta outros argumentos, de grande atualidade para a salvaguarda dos centros históricos.

1955-1957: A CONTRIBUIÇÃO DE BRANDI AO DEBATE SOBRE QUESTÕES ARQUITETÔNICAS

Os meados dos anos 1950 são caracterizados por uma intensa operatividade urbanística e por um rico debate sobre o futuro dos centros históricos e sobre a tutela da paisagem urbana e rural, debate que abrange desde as questões arquitetônicas às sociais, dos planos urbanísticos aos paisagísticos, e que se atenuará apenas no final daquela década.

20. Quaroni (1954). Já em 1949 Ludovico Quaroni havia se manifestado no Congresso Nacional de Urbanismo, realizado em Nápoles, de 21 a 23 de outubro de 1949.

21. Cederna (1954, p. 11).

22. *Ibid.*, p. 12.

23. Rogers (1954).

24. Michelucci (1954a e 1954b). O último texto republicado em Michelucci (1975).

25. Pane, R. (1954b, p. 11). Ver também os artigos sucessivos de Pane em resposta às argumentações de Cederna e de Quaroni (Pane, R., 1954a, 1954c).

26. Pane, R. (1954b, p. 11).

27. Zevi (1954). Republicado em Zevi (1971), p. 65. No original, “*approvato a busta chiusa*”, como em uma licitação com envelope fechado [N. dos T].

28. Rogers (1955a).

29. Men (1955).

30. Rogers (1955b).

31. Men, *op. cit.*, p. 92.

32. *Ibid.*

33. *Ibid.*

34. Pane, A. (2008).

35. Brandi (1956a).
Replicado em Brandi
(2019, p. 52).

36. Brandi (1956a, 1956b e 1956c) elabora uma série de considerações sobre a “espacialidade” contrastante da arquitetura moderna. Apresenta um quadro sobre a forma de inserir novos edifícios em uma realidade preexistente e afirma que desde o desenvolvimento da perspectiva, por Brunelleschi, esse instrumento foi essencial para o modo de ordenar o espaço. A “espacialidade perspectica” foi utilizada como forma de criação, baseada em inteligência formal, e não como mera imitação. Dessa postura resultou uma fusão harmoniosa das novas construções com o ambiente em que estão inseridas, desde o Renascimento até o século XIX. Mesmo reconhecendo as qualidades da arquitetura moderna, Brandi considera que o modo como atinge maior expressividade, a partir de prismas isolados, é de natureza muito diversa da “espacialidade perspectica”, e, por isso, a arquitetura moderna não poderia se inserir em um ambiente histórico sem renegar sua própria essência [N. dos T].

37. Brandi (1956c, p. 358).

Em relação às questões arquitetônicas, no início de 1955 Ernesto N. Rogers reabre a questão nas páginas de *Casabella Continuità*, revista da qual tinha há pouco se tornado diretor, expondo novamente a sua convicção em relação à possibilidade, para os arquitetos modernos e preparados, de operar em continuidade com o passado.²⁸ No número seguinte da revista, de abril-junho, foi publicada integralmente uma carta de Renzo Men,²⁹ à qual responde Rogers.³⁰ Men evidencia novamente a cisão entre o presente e o passado, que não é tanto de natureza mecânica ou figurativa, mas “está, ao contrário, em nossa diferente, antes ignorada, abordagem em relação à história”.³¹ Se, entretanto, de um lado, “não tanto porque a arquitetura moderna não seja capaz de adequar-se à tradição, mas porque a nossa abordagem em relação à história não é mais aquela que tornou possível a estruturação daquele ambiente”,³² por outro lado, não é possível “obstruir o processo dinâmico da vida”³³. Em síntese, trata-se, segundo Men, de um problema “de comedimento e de limite”, de um “problema de crítica”.

Nesse vivo intercâmbio de opiniões, muitas vezes acalorado, mas profícuo, insere-se, no início de 1956, a contribuição de Cesare Brandi. Tanto as suas argumentações quanto aquelas de outros protagonistas que animaram os debates sucessivos – além de Gillo Dorfles e Bruno Zevi, também Roberto Pane e, com posição diversa, Antonio Cederna e Ludovico Quaroni – foram recentemente analisadas em profundidade por Andrea Pane.³⁴ Limito-me, assim, a sintetizar brevemente algumas questões significativas que serão depois retomadas a partir de textos de Brandi dedicados à sua cidade natal.

O ano de 1956 é significativo para explicitar os pontos de vista contrários. Um ano denso de eventos e de contribuições que se abre exatamente com a conferência realizada por Brandi em 17 de fevereiro, na Associazione Culturale Italiana de Turim, com o título *Il vecchio e il nuovo nelle antiche città italiane* (O Velho e o Novo nas Antigas Cidades Italianas). Ali o crítico sienense expõe pela primeira vez os motivos – desde então constantemente reiterados – de sua total negação de qualquer inserção moderna em um complexo urbano antigo:

Não hesito em afirmar que a arquitetura moderna, exatamente por ter o direito de chamar-se assim, [...] não pode ser inserida em um antigo complexo urbano sem destruí-lo e sem autodestruir-se, porque uma obra de arte se destrói onde venha a aceitar condições espaciais que a neguem, e da mesma forma destrói em razão daquilo que, negando, afirma.³⁵

Os seus argumentos são principalmente de caráter estético e ligados à diferente espacialidade *anti perspectica*, própria da arquitetura moderna, que não pode conviver com aquela *perspética*,³⁶ introduzida por Brunelleschi e substancialmente confirmada pelo “exausto e fiel”³⁷ século XIX. A parte final da conferência é um apelo à sociedade civil pela salvaguarda integral das cidades antigas:

A conclusão é uma só: a responsabilidade por esses fatos recai sobre todos, porque a tutela de um patrimônio sagrado como a arte para a civilização italiana em particular e, nesse patrimônio, as nossas cidades, deve ser assumida por todos os cidadãos, que se reconhecem sujeito e não objeto de uma civilização, e não se pode acreditar apenas em delegar essa tarefa aos órgãos competentes.

Antes, muito antes de se colocar como uma tarefa técnica, é uma instância moral.³⁸

Às suas teses responderam imediatamente, antes mesmo de serem publicadas, Gillo Dorfles, na revista *Domus*,³⁹ e Bruno Zevi, no jornal *L'Espresso*. Este último concorda com a necessidade de salvaguardar os centros históricos, mas não com as razões invocadas por Brandi:

As cidades antigas devem ser defendidas em sua integridade. Não porque a arquitetura nova persiga um princípio de visão anti-perspéctica, mas pelo fato de que cada intervenção contemporânea pressupõe uma especulação que substitui uma vila por construções exageradas, uma cabana por um arranha-céu, um parque por um bloco de escritórios. Estamos, assim, de acordo [com Brandi] sobre o ponto substancial. Não sobre as motivações.⁴⁰

No mês de setembro, o mesmo Zevi republica parcialmente, em *L'Architettura-cronache e storia*, o texto da conferência de Turim com um título particularmente significativo: “Processo all’architettura moderna”. Em seu editorial, Zevi responde ao “processo de Cesare Brandi contra a arquitetura moderna” e retoma o problema na chave do “programa edilício”, ou seja, sobre a questão urbanística, que deveria obstruir a especulação.

A conclusão é evidente: a luta contra os programas edilícios que ofendem os centros históricos encontra os arquitetos modernos perfeitamente alinhados com Brandi sobre o tema da conservação. Não mudamos, porém, os objetivos. Não dizemos que um arranha-céu de Mies sobre o Canal Grande romperia o *continuum* edilício da lagoa: sustentamos apenas que o programa de construir um arranha-céu é errado, mesmo que Mies fizesse uma obra-prima. Por outro lado, continuará ocorrendo o absurdo de os arranha-céus serem construídos, e não por Mies, mas por indignos arquitetos.⁴¹

Entretanto, o *como* e o *porquê* inserir edifícios nas tramas urbanas permanecem para Zevi e, em geral, para os arquitetos daquele tempo (e ainda hoje) um tema aberto.

O texto de Brandi publicado em *L'Architettura-cronache e storia*, em comparação àquele publicado no *Quaderni ACI*, mesmo conservando a fundamentação teórica central, foi “adaptado” para ser hospedado na nova revista de cultura arquitetônica, fundada por Zevi no ano precedente. Foi eliminada, em particular, a longa premissa sobre a dificuldade de compreender a arquitetura em relação às outras artes, enquanto foi acrescida uma digressão sobre algumas intervenções realizadas em Nápoles, que o crítico sienense havia apenas citado durante sua

38. Brandi (1956a). Republicado em Brandi (2019, p. 56). Sobre a responsabilidade dos órgãos de tutela, diversa era a opinião de Roberto Pane (Pane, A., 2008, p. 318-319). Na publicação *L'architettura-cronache e storia* (Brandi, 1956c) falta a parte “para a civilização italiana em particular e, nesse patrimônio, as nossas cidades”.

39. Dorfles (1956).

40. Zevi (1956b). Republicado em Zevi (1971, p. 156).

41. *Id.*, 1956c. Republicado em Zevi (1971, p. 323).

42. São os seguintes os títulos das partes que subdividem o texto e estruturam o raciocínio: “Virtude da espacialidade perspectica”; “Visões quinhentistas e maneiristas”; “Ativação perspectica barroca”; “O século XIX exausto e fiel”; “A espacialidade anti-perspectica da arquitetura moderna”.

43. Um trecho da conferência de Turim, que não está na publicação da revista, concerne exatamente à dificuldade de reproduzir a arquitetura em imagens: “Desgraçadamente, de todas as artes, a arquitetura é aquela que menos se presta a ser reproduzida em fotografia, de modo que perde muito mais do que apenas a cor, como ocorre com a pintura” (Brandi, 1956a; republicado em Brandi, 1991, p. 39).

44. A menção à iminente publicação de *Eliante o dell'Architettura* (Brandi, 1956e) está presente em dois momentos da conferência (Brandi, 1956a; republicado em Brandi, 2019, p. 34, 48-49), depois eliminados na versão publicada em *L'Architettura-cronache e storia* (Brandi, 1956c).

45. Pane, A. (2008, p. 322).

46. Uma explícita resposta de Brandi às réplicas de Gillo Dorfles e de Bruno Zevi está no texto da transmissão Rai – Terzo programma, de 1956. Ver Brandi (1956d) publicado em Brandi (2001, p. 29).

47. Brandi (1964b). Republicado com o título “L’inserzione del nuovo nel Vecchio” (Brandi, 1971).

48. Brandi (1963). Na *Teoria da Restauração*, ao fim do capítulo sobre “A restauração preventiva”, Brandi faz uma referência explícita à tese da inconciliabilidade entre arquitetura moderna e ambiente monumental: “[...] dada a espacialidade contrastante que personifica a arquitetura moderna, a

conferência. Ademais, o texto foi subdividido em parágrafos, segundo os “estágios” cronológicos do conceito de espacialidade,⁴² e acompanhado de uma série de imagens que estão ausentes de outros textos brandianos, mas que eram indispensáveis para o público ao qual a revista era voltada⁴³ (Figura 3). Faltam, por outro lado, também as duas menções feitas, durante a conferência de Turim, ao então iminente lançamento de seu diálogo sobre Arquitetura, *Eliante*.⁴⁴ Um texto destinado, como já evidenciado por Andrea Pane, a reacender as polêmicas e no qual Brandi reitera “a mais notável exclusão de qualquer relação entre arquitetura moderna e ambiente antigo”⁴⁵.

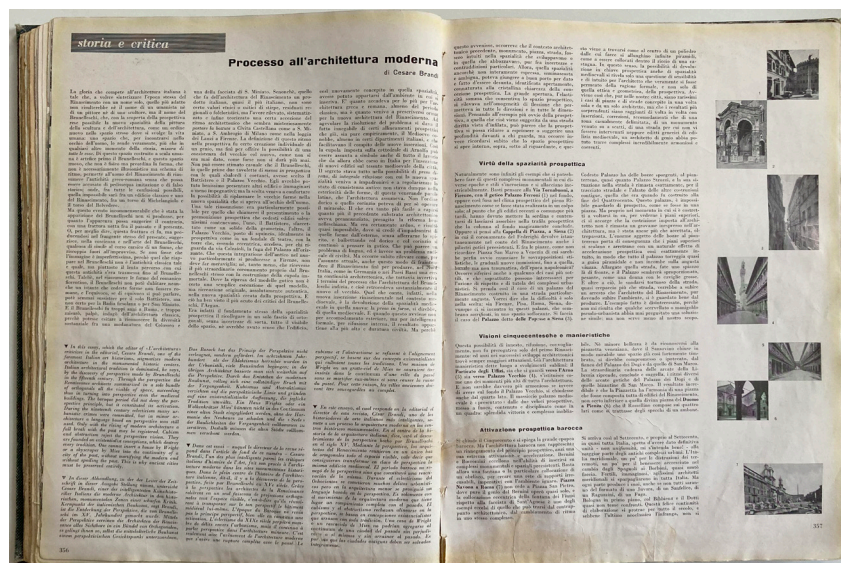


Figura 3 – Cesare Brandi, “Processo all’architettura moderna”. Página da publicação com ilustrações em *L’architettura-cronache e storia*. Fonte: Brandi, 1956c.

Uma convicção que, como acenado, não será alterada pelas numerosas opiniões contrárias e que, antes, será reiterada outras vezes,⁴⁶ até o último escrito seu dedicado ao tema, publicado em 1964: “Il nuovo sul vecchio”⁴⁷. Aqui a questão é colocada em termos mais gerais e ao mesmo tempo estreitamente relacionada com o que é expresso na *Teoria da Restauração*,⁴⁸ publicada no ano precedente. A relação entre o velho e o novo não diz respeito mais apenas aos centros históricos, mas, em geral, aos monumentos entendidos como

qualquer expressão figurativa, seja arquitetônica, pictórica, escultórica, e qualquer complexo ambiental que seja particularmente caracterizado por monumentos singulares, ou simplesmente pela qualidade do tecido edificado do qual faz parte, mesmo se não relacionado a uma única época.⁴⁹

Além disso a argumentação não se concentra mais “na análise dos valores espaciais inerentes ao velho e ao novo”⁵⁰, como nos textos dos anos 1950, mas coloca em evidência a diferença substancial e irreduzível entre o ponto de vista do crítico e aquele do artista ou “criador”. O primeiro considera a obra de arte para além do ponto de vista artístico, também de um ponto de vista histórico, e a acolhe “como obra de arte assim como foi transmitida pelo tempo”⁵¹. O artista, ao contrário, não considera a obra de arte historicamente, “mas como algo sobre a qual pretendemos fazer história, dar-lhe um novo curso histórico além daquele artístico”⁵². A diversidade entre os dois pontos de vista é claramente irreduzível, e mesmo se no passado “Bernini podia muito bem colocar orelhas no Panteão”⁵³ porque “a consciência histórica do monumento como testemunho intangível não tinha ainda nascido”,⁵⁴ hoje isso não é mais possível.

O motivo não reside, entretanto, comparativamente, em uma menor confiança nos artistas de hoje, como já havia repetido em 1956, mas no “necessário reconhecimento de um status irreversível da consciência histórica atual, que nos impede de intervir nos monumentos do passado a não ser com atos de consolidação e de salvaguarda para a transmissão ao futuro”⁵⁵.

Se, de um lado, são evidentes as chamadas à *Teoria da Restauração*, é também evidente o deslocamento da atenção no que tange à nossa relação com a história, sobre o qual muitos, com nuances diversas, debruçaram-se naqueles anos. Antonio Cederna, em particular, voltou muitas vezes ao tema e, em 1956, publicou *I vandali in casa* (Os vândalos em casa),⁵⁶ uma seleção de artigos por ele publicados no semanário *Il Mondo* entre 1951 e 1956. Na introdução ao volume reiterou que

A arquitetura moderna é filha da Revolução Industrial, que levou à descoberta de materiais novos e revolucionários, como o ferro, o aço, o concreto armado [...]. Mudados os materiais, mudada a estética, mudado o espírito: uma arquitetura que pode permitir-se substituir a parede portante por uma parede de vidro é coisa completamente estranha àquilo que a precedeu por alguns milênios. Entre a Casa da Cascata de Wright e o Palácio Farnese toda continuidade é interrompida [...], e disso deriva que cada inserção simplista de edifícios modernos na estrutura das cidades antigas é uma operação destinada a falhar e a se resolver em uma contaminação recíproca.⁵⁷

Cederna, em um confronto inflamado com Roberto Pane,⁵⁸ tinha então reiterado “que é exatamente o reconhecimento dessa cisão criada na história da cidade pela Revolução Industrial a nos impor construir a cidade moderna não sobre, mas ao lado da antiga”⁵⁹.

O choque entre os dois nasceu de algumas afirmações contidas nos relatos de Pane no VI Congresso do Istituto Nazionale di Urbanistica (INU), em Turim, e no I Convegno nazionale di Italia Nostra,⁶⁰ ambos realizados no final de 1956. No congresso de Turim, Pane havia exposto as suas convicções,⁶¹ em parte já expressas em 1954 e depois reiteradas, substancialmente, no decurso dos anos

inserção de uma verdadeira arquitetura moderna em um contexto antigo é inaceitável” (*Ibid.*, p. 88). [N. dos T.] Na edição brasileira, Brandi (2004, p. 108).

49. Brandi (1964b). Republicado com o título “L’inserzione del nuovo nel Vecchio” (Brandi, 1971, p. 308).

50. *Id.*, 1956d. Publicado em *id.* 2001, p. 29.

51. *Id.*, 1964a. Republicado com o título “Il Duomo non ha bisogno di aggiunte” (Brandi, 1971, p. 310).

52. *Ibid.*, p. 311.

53. *Ibid.*, p. 312.

54. *Ibid.*, p. 313.

55. *Ibid.*, p. 314.

56. Cederna (1956).

57. *Ibid.*, p. 9.

58. Sobre a contribuição de Roberto Pane ao tema dos centros históricos, além do texto de Andrea Pane (2008), citado diversas vezes, ver os numerosos aprofundamentos dedicados ao tema da cidade presentes em Casiello, Pane e Russo (2010).

59. Cederna (1957, p. 12).

60. O primeiro congresso da associação, fundada em 1955 por Umberto Zanotti Bianco, Pietro Paolo Trompeo, Giorgio Bassani, Desideria Pasolini dall’Onda, Elena Croce, Luigi Magnani e Hubert Howard, foi dedicado a *Organi e forma di tutela del patrimonio artistico e naturale*. Algumas das contribuições apresentadas na ocasião foram publicadas em *L’Architettura-cronache e storia*, de 1957: no n. 15, a de Ludovico Quaroni; no n. 16, a de Roberto Pane; no n. 18, a de Riccardo Musatti.

61. Pane, R. (1956). Publicado em Pane, R. (1959) e ainda republicado em Pane, R. (1987).

62. Pane, R. (1957).

63. Ver Pane e Rogers (1957).

64. A carta, assinada por um grupo de 22 arquitetos, foi enviada em 27 de dezembro de 1956 ao presidente e ao Conselho do Italia Nostra. Ver *LETTERA di un gruppo di architetti* (1957). Republicado com o título “LA CONSERVAZIONE dei monumenti antichi” (1957).

65. De Martino (1966, p. 116).

sucedidos, fazendo aqui referência explícita às denúncias de Antonio Cederna e às teses de Brandi contidas em “Processo all’architettura moderna”. Seus argumentos partiam da consideração da cidade histórica como um organismo vivo e vital e, ao mesmo tempo, da impossibilidade prática de garantir-lhe uma absoluta intangibilidade. As suas propostas eram assim destinadas “a impedir a especulação edilícia nos centros antigos”⁶². Mas exatamente essas propostas – especialmente aquela de limitar a altura dos novos edifícios à média daqueles circunvizinhos – serão duramente criticadas, inclusive por quem se declarava favorável às novas inserções, entre eles Rogers⁶³ e Zevi.

As apresentações de Pane e Riccardo Musatti no evento do Italia Nostra desencadearam também a resposta de um grupo de conhecidos arquitetos e urbanistas – entre eles Carlo Aymonino, Leonardo Benevolo, Arnaldo Bruschi, Vittoria Calzolari, Italo Insolera, Carlo Melograni entre outros – que, ao negarem a proposta de Pane, sublinhavam:

1. A época atual não pode de fato ser, nesse aspecto, comparada às épocas passadas, porque é exatamente a mudança da situação cultural que nos põe em condição de nos aproximar, com igual capacidade de compreensão, às obras e aos ambientes de todas as idades passadas, e que fez surgir a exigência (de toda moderna) de sua conservação, em que se pode reviver aquelas experiências por nós indispensáveis. Assim, conservar não é um fato devido à insuficiência ou incapacidade de operar nesses ambientes, mas uma escolha deliberada e uma conquista fundamental da cultura atual;
2. A supracitada exigência comporta, logicamente, a renúncia a introduzir novos edifícios nesses ambientes; assim, deve-se vetar taxativamente, dentro de determinados perímetros, toda nova construção, por meio de plano diretor, de modo que os ambientes antigos permaneçam inseridos como elementos vitais na estrutura da cidade moderna, por meio de uma destinação compatível com o tecido construído antigo;
3. A conservação integral e o restabelecimento de complexos edifícios, ainda que muito extensos, não são de fato impossíveis, como é demonstrado por experiências positivas de muitos países. [...] a qualidade dos projetos não entram aqui em questão, e muito menos a suposta defesa dos direitos das artes e da arquitetura moderna, pois um dos pressupostos da modernidade é exatamente aquele de saber adequar-se às escolhas urbanísticas e assim renunciar, quando for o caso, a construir.⁶⁴

Nos anos seguintes, o debate sobre a inserção moderna esmorece rapidamente até desaparecer por completo, deixando espaço para outras problemáticas – urbanísticas, sociais, econômicas, jurídicas – que emergiram esporadicamente ao longo daqueles anos. Pode-se dizer que com o VI Convegno Nazionale di Urbanistica, sobre a *Difesa e valorizzazione del paesaggio urbano e rurale*, realizado em Lucca em novembro de 1957, é encerrado um longo “parênteses arquitetônico” e “entra-se decididamente em uma nova fase de aprofundamento do problema”⁶⁵.

BRANDI E SIENA: QUESTÕES ARQUITETÔNICAS E URBANÍSTICAS

“Nasci em uma rua bonita, nobre e escura, em um velho palácio com pequenos sinos de ferro fundido que, de noite, os passantes adoravam fazer tilintar contra o muro”⁶⁶. Assim, em 1982, Brandi fala de Siena, sua cidade natal (Figura 4), com a qual sempre teve uma relação conflituosa, “um misto de amor e intolerância”,⁶⁷ tanto que é difícil, concluía, “ser sienense mais do que ser italiano”⁶⁸.



Figura 4 – Vista de Siena da Loggia da Villa Brandi, em Vignano (Siena). Fonte: Foto da autora (2025).

Na introdução ao volume *Aria di Siena*, também Roberto Barzanti evidenciava que a relação do crítico com sua cidade “foi marcada por furiosas polêmicas, reprovações iradas, confrontos ásperos e, ao mesmo tempo, por férrea fidelidade, dedicação absoluta, nostálgica e extasiada admiração”⁶⁹. A admiração não é vista apenas nas páginas dedicadas a Siena, aos seus artistas, aos seus monumentos, às suas ruas, mas também nas recorrentes comparações com outras cidades, em relação às quais Siena permanece, junto a poucas outras, “uma das mais belas e *contínuas* cidades italianas”⁷⁰. Cidade medieval por excelência, fechada “dentro da última cercadura de muralha que ainda subsiste, ainda a abraça”,⁷¹ “a mais conservada entre tantas cidades que existem na Itália”⁷². Uma cidade que para continuar a viver, no entanto, não deve mudar, não deve ceder às adulações do progresso e da especulação.

Nesse sentido, Brandi volta diversas vezes à necessidade de salvaguardar a cidade em seu conjunto, em seu tecido conectivo, além de seus monumentos principais e mais conhecidos. Tanto é assim que Siena, graças à sua conformação orográfica e urbanística, oferece, “de um versante a outro, vistas incomparáveis de cidade antiga”⁷³ que devem ser salvaguardadas em seu conjunto (Figuras 5 e 6). Essas vistas, com efeito, “não são todas compostas de monumentos intocáveis, mas são um único e intocável monumento, no qual não se deve fazer mudança”⁷⁴. A ocasião para reafirmar a própria e absoluta contrariedade às inserções modernas em contextos antigos foi dada por um projeto de substituição de edifícios, prevista

66. Brandi (1982). Republicado como título “Siena mi fe” (Brandi, 1987, p. 23).

67. *Ibid.*

68. *Ibid.*, p. 26.

69. *Id.*, 1987, p. 7. Ver também a introdução de Roberto Barzanti (2007).

70. *Id.*, 1956b. Republicado com o título “Il tessuto urbano di Bologna” (Brandi, 2019, p. 182).

71. *Id.*, 1965. Republicado em Brandi (1987, p. 36).

72. *Id.*, 1957. Publicado em Brandi (1987, p. 153).

73. *Id.*, 1960. Republicado com o título “Pericolosi ritocchi” (Brandi, 1987, p. 173).

74. *Ibid.*, p. 173.

75. *Ibid.*, p. 174.

76. *Id.*, 1969. Republicado com o título “Un’offesa al panorama” (Brandi, 1987).

em 1960, na praça San Domenico, área significativa da cidade, no interior das muralhas, entre a rua Sapienza e o penhasco de Fontebranda. Já no título, “Siena non ha bisogno di pericolosi ritocchi” (Siena não precisa de perigosos retoques), é firme a condenação incondicional de um projeto que “de uma só vez [...] arruinaria uma praça, uma rua e um panorama”⁷⁵. Em 1969, o crítico sienense retornaria a esse episódio, com outro artigo de título igualmente significativo, “Un’offesa al panorama di Siena” (Uma ofensa ao panorama de Siena).⁷⁶



Figura 5 – Siena, vista da via Fontebranda tomada da basílica de San Domenico. Ao fundo, a catedral e a torre do Mangia, c. 1880. Fonte: Archivio Malandrini / Fondazione Monte di Paschi di Siena.



Figura 6 – Siena, vista da via Fontebranda tomada da basílica de San Domenico. Fonte: Foto da autora (2024).

As suas palavras, com efeito, não foram suficientes para impedir que um novo edifício, “modernamente ambientado” e mais de três metros mais alto,⁷⁷ substituísse a casa preexistente, talvez “modesta e insignificante”, que “nem ao menos se vê, que com suas grandes árvores na frente tampouco se nota; mas é exatamente por isso que é preciosa”⁷⁸ (Figuras 7 a 10).



Figura 7 – Vista da Catedral de Siena a partir da praça de San Domenico. À direita, a lateral da basílica de S. Domenico; à esquerda, o edifício do início do século XX, que será substituído nos anos 1960; c. 1950. Fonte: Fondazione Monte dei Paschi di Siena.



Figura 8 – Vista atual da catedral de Siena, vista da praça San Domenico. À esquerda, o edifício que nos anos 1960 substituiu aquele visível na figura precedente. Fonte: Foto da autora (2024).



Figura 9 – Siena, vista da basílica de S. Domenico a partir da via di Diacceto. À direita, acima dos curtumes Mugnani, é possível ver o pequeno edifício que será substituído nos anos 1960; c. 1900. Fonte: Archivio Malandrini / Fondazione Monte dei Paschi di Siena.



Figura 10 – Siena, vista da basílica S. Domenico a partir da via di Diacceto. No confronto com a foto precedente, nota-se o volume do novo edifício construído nos anos 1960. Fonte: Foto da autora (2025).

Apenas alguns anos antes, em 1964, havia escrito um duríssimo artigo contra a inserção de uma nova porta de bronze na fachada da catedral de Siena, obra de Emilio Greco, como ocorrera dois anos antes na catedral de Orvieto. A argumentação de Brandi não dizia respeito à qualidade da obra de Greco, que afirmava não conhecer, mas ao forçoso respeito a uma obra de arte antiga, cujo ciclo certamente era fechado e a ser respeitada incondicionalmente da forma que é; uma recusa mais uma vez inapelável.⁷⁹

77. O projeto inicial, segundo o primeiro escrito de Brandi (Brandi 1960)[Republicado com o título “Pericolosi ritocchi” (Brandi, 1987, p. 174)], devia ser muito diverso daquele realizado e que ele mesmo define como “edifício de substituição” que hoje “nem ao menos Piacentini, se ainda estivesse vivo, teria coragem de defender” (Brandi, 1969). Republicado com o título “Un’offesa al panorama” (Brandi, 1987, p. 179).

78. Brandi (1960). Republicado com o título “Pericolosi ritocchi” (Brandi, 1987, p. 174).

79. *Id.*, 1964; 1987.

80. Sob esse ponto de vista são conhecidas suas denúncias dos restauros feitos em San Domenico (1957) e no Palazzo Tolomei (1969).

81. O bairro Salicotto, situado atrás do Palácio Público, foi objeto de uma conhecida, criticada, mas por certos aspectos também interessante, intervenção de reabilitação edilícia, justificada por graves problemas higiênico-sanitários e sociais (1928-1932). Ver Barbacci (1933) e Szymanska (2000).

82. Brandi (1960). Republicado com o título “Pericolosi ritocchi” (Brandi, 1987, p. 173).

83. Ver, por exemplo, as diversas contribuições presentes no capítulo “II. I piani regolatori”, em Brandi (2001).

84. Ver Barzanti (1983, 2007) e Riboldazzi (2007). Recentemente Maggi (2011) reconstituiu o processo do plano diretor de Siena, valendo-se de profunda análise das fontes documentais da época.

Os seus juízos severos não se voltam apenas às intervenções de substituição ou integração em chave moderna, mas concernem também aos chamados restauros de repristinação, “letais” não apenas para os monumentos singulares,⁸⁰ mas ainda mais para os conjuntos monumentais. Criticará diversas vezes, por exemplo, os restauros feitos no santuário de Santa Catarina e a reabilitação “infame” do bairro de Salicotto,⁸¹ que havia levado à “criação de um estilo indizível, entre o gótico, o renascentista e o pequeno edifício oitocentista”⁸². Duas intervenções realizadas durante o fascismo que, na sua opinião, demonstram a impossibilidade de operar no velho núcleo urbano sem destruir suas partes ou sem criar, com os acréscimos modernos, um monstro (Figuras 11 e 12).



Figura 11 – Siena, vista de um beco da via Salicotto antes das intervenções de renovação; ao fundo, a torre do Mangia. Vincenzo Balocchi, c. 1928. Fonte: Fondazione Monte di Paschi di Siena.



Figura 12 – Siena, vista da casa Bastianini, entre a via di Salicotto e o beco dell'Oro. O edifício, construído durante a renovação dos anos 1930, imita o gótico do século XIV, mas misturado com elementos românicos; ao fundo, a torre do Mangia. Fonte: Foto da autora (2025).

Um último aspecto sobre o qual é oportuno deter-se diz respeito aos planos diretores que, nos anos 1950, estavam sendo, com grande atraso, feitos e aprovados em diversas cidades italianas. Trata-se de um tema, como já dito, muito debatido e do qual Brandi participou – mesmo que apenas como espectador – com um vivo interesse e grande espírito crítico.⁸³

As vicissitudes do plano diretor de Siena são conhecidas e já foram tratadas diversas vezes.⁸⁴ Algumas datas e aspectos fundamentais são, no entanto, necessários para enquadrar o pensamento de Brandi e confrontá-lo com o de outros protagonistas do debates daqueles anos, em primeiro lugar Luigi Piccinato, um dos autores do plano, e Bruno Zevi e Antonio Cederna.

O plano de Siena tem, com efeito, um *iter* metodológico exemplar e foi por todos louvado como um dos melhores planos feitos naquele período, juntamente

com o da cidade de Assis, de Giovanni Astengo. A administração municipal tinha decidido instituir, por sugestão de Mario Bracci e Ranuccio Bianchi Bandinelli (filhos ilustres de Siena), uma comissão de orientação, chamando para essa colaboração estudiosos, especialistas e administradores.⁸⁵ Essa comissão predispos numerosas análises urbanísticas úteis para enfrentar cientificamente e racionalmente a fase projetual, e elaborou um documento de diretrizes, aprovado em novembro de 1954, que constituiu a base para a obra dos três técnicos que em dezembro daquele mesmo ano foram chamados para elaborar o plano: Piero Bottoni, Luigi Piccinato (que tinham participado também da comissão para estabelecer diretrizes) e Aldo Luchini (um jovem arquiteto sienense).

Antonio Cederna esteve entre os primeiros a evidenciar a importância desse documento preparatório para uma cidade “que está entrando no momento mais crítico de sua história: ou sobreviver assim como está ou se estragar para sempre”⁸⁶. Um documento importante

porque enfrenta o problema de Siena de modo unitário, amplo e complexo, depois de uma acurada pesquisa [...]; porque (é possível dizer pela primeira vez em casos do gênero) uma cidade antiga foi considerada não apenas como uma série de monumentos ou de grupos de monumentos, mas como um todo vivo e orgânico [...]; porque nele se afirmou, naquele ambiente excepcional, a incompatibilidade física entre o velho e o novo e a impossibilidade, hoje, de “modernizar” uma cidade antiga: apenas uma ágil relação de complementaridade entre a cidade velha e a nova pode garantir a ambas as respectivas possibilidades específicas de vida.⁸⁷

Um dos aspectos mais significativos, evidenciado por Cederna e depois retomado por Brandi, é a proposta de “total conservação” não apenas do tecido histórico, mas também de todas as áreas verdes dentro das muralhas e de “todas as zonas periféricas que entram não apenas no panorama, mas também na própria estrutura de Siena”⁸⁸.

Em 1955, Luigi Piccinato,⁸⁹ empenhado plenamente na elaboração do plano para Siena, lança das páginas de *L'architettura-cronache e storia* um “*Appello ai conservatori?*” (apelo aos conservadores). A tutela de tombamentos e prescrições é muito fraca, e frequentemente tardia. “É necessário passar à ação positiva”, e os órgãos de preservação devem participar ativamente da elaboração do plano, “contribuindo para a sua estratégia, seguindo seus desenvolvimentos e a política”, não se limitando apenas “a controlar se o monumento ‘intocável’ é tocado, a casa demolida, o parque cortado”⁹⁰.

Era isso que ocorria, até aquele momento, também em Siena, que necessitava, portanto, de um plano diretor “não apenas e nem tanto para tombar, para dizer ‘não’, mas ainda mais para precisar onde é possível dizer ‘sim’”⁹¹. Os princípios seguidos por Piccinato, Bottoni e Luchini para o plano de Siena, além daquilo que já foi recordado, foram de bloquear a edificação espontânea e de imaginar uma cidade policêntrica, constituída de novos núcleos residenciais autossuficientes a partir de algumas diretrizes de expansão já estabelecidas, em contraposição ao risco de expansão em “mancha de óleo” que se estava perfilando.

85. Da comissão para orientar o plano, deliberada pelo conselho municipal de 22 de janeiro de 1954, faziam parte “o prefeito de Siena Ilio Bocci, o assessor de obras públicas Ugo Bartalini, o engenheiro Cesare Valle, presidente da seção de urbanismo do Conselho superior de obras públicas, o arquiteto Giorgio Rosi, inspetor do Ministério da Educação, os conselheiros Mario Bracci, Ranuccio Bianchi Bandinelli e Guido Bargagli Petrucci. [...] em 2 de fevereiro de 1954, os Ministérios de Obras Públicas e da Educação designaram a fazer parte da comissão dois urbanistas de renome, os professores Piero Bottoni e Luigi Piccinato” (Maggi, 2011, p. 59). Como recordado por Piccinato, foi importante também a colaboração com o superintendente dos Monumentos, professor Enzo Carli.

86. Cederna (1954b). Republicado em Cederna (1956, p. 271). Em seu artigo, retoma longos trechos do relatório da comissão de instrução de 1954.

87. *Ibid.*, p. 275.

88. *Ibid.*, p. 276.

89. Sobre a contribuição de Piccinato para as questões urbanas, ver Pane, A. (2015, 2017).

90. Piccinato (1955, p. 35).

91. Bottoni, Luchini e Piccinato (1958, p. 19). Ver também Piccinato (1958).

Pouco depois, também Brandi intervém, numa longa conversa televisiva sobre o plano diretor de Siena. Como Zevi, aprecia a proposta dos projetistas de enfrentar o crescimento desordenado e de “disciplinar as ampliações da cidade naquela direção que já é inegavelmente a direção natural”,⁹³ buscando conferir a essas ampliações a estrutura de pequenas cidades satélites, colocando ali alguns serviços que não podem permanecer na cidade histórica, entre eles o antigo hospital de S. Maria della Scala.⁹⁴ As críticas pontuais e circunstanciadas concernem, ademais, aos problemas viários, resolvidos com soluções que, a seu ver, danificam com cortes incongruentes (afortunadamente poucos) um tecido urbano extraordinário, a ser respeitado em seu conjunto (Figura 15). Apenas diante do risco concreto, para Siena, de ver o centro histórico abandonado por seus habitantes – problema já evidenciado em termos mais gerais por Argan – Brandi parece disposto a aceitar algum sacrifício entre aqueles hipnotizados pelo plano de Piccinato e Bottoni.⁹⁵

No geral, porém, “com essas reservas e essas sugestões, não hesitamos em reconhecer que, dos planos diretores de que pudemos nos ocupar nos últimos tempos, aquele de Siena é o mais atento, o mais acurado, o mais credível até mesmo nos particulares a serem refutados”⁹⁶.



Figura 15 – Siena, plano diretor de Piero Bottoni, Aldo Luchini e Luigi Piccinato. Fotografias das intervenções previstas na piazza della Selva (1) e na via del Sole (2), criticadas por Brandi. Fonte: Bottoni, Luchini e Piccinato (1958, p. 27).

93. Brandi (1957). Publicado em Brandi (1987, p. 156).

94. Brandi falará repetidas vezes sobre a necessidade de deslocar o hospital do século XIV a uma sede mais idônea, destinando o monumento a atividades culturais como museu de si mesmo. Entre outros textos, ver Brandi (1987, p. 187-189, p. 193-196).

95. Brandi (1957). Publicado em Brandi (1987, p. 158-159).

96. *Ibid.*, p. 158.

97. Brandi (1965). Republicado em Brandi (1987, p. 35).

98. *Ibid.*

99. É importante recordar que em 1962, por causa de uma situação que havia se tornado insustentável (cf. Cederna, 1954b. Republicado em Cederna, 1956, p. 273), foi iniciado o fechamento do tráfego da Piazza del Campo, completado em julho de 1965 com o fechamento de outras ruas principais. Nisso, Siena foi pioneira na Europa (ver. Maggi, 2011, p. 81-87).

100. Brandi (1965). Republicado em Brandi (1987, p. 36). Nesse texto, Brandi volta, com palavras mais críticas, ao plano de Siena, definindo-o como “bem intencionado, mas errado”.

101. Brandi (1956a). Republicado em Brandi (2019, p. 56).

102. Em 1964, na Itália, foi instituído por lei (Lei n. 310/1964) a *Commissione d'indagine per la tutela e la valorizzazione del patrimonio storico, archeologico, artistico e del paesaggio*, presidida pelo honorável Francesco Franceschini (e que passou a nomear a comissão). À Comissão foi confiada a “tarefa de conduzir uma investigação sobre as condições atuais e sobre as exigências em relação à tutela e à valorização das coisas de interesse histórico, arqueológico, artístico e da paisagem, e de formular propostas concretas com a finalidade de alcançar os seguintes objetivos: 1) revisão das leis de tutela [...]; 2) ordenação do pessoal [...]; 3) adequação dos meios financeiros” (Itália, 1964, art. I). Os trabalhos da comissão foram concluídos em 1966. Ver *Per la salvezza ...* (1967a, 1967b).

103. *Id.*, 1967a, p. 21. A

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível dizer que Brandi permaneceu, ao longo dos anos, firme e obstinadamente convencido da impossibilidade de convivência entre antigo e novo, tanto nos monumentos quanto nos tecidos urbanos históricos, onde considerava possíveis apenas intervenções de consolidação ou de reabilitação internos aos próprios edifícios.

Uma visão puramente estética, como se repetiu muitas vezes, inclusive em tons críticos, mas que traz força e fundamento de um primeiro, imprescindível, comprometimento ético na conservação do patrimônio histórico-artístico. Um comprometimento que se lê com transparência em todos os seus escritos, em especial naqueles de denúncia. Esse imperativo moral parece ser mais forte em relação à sua cidade natal, Siena, uma cidade que, como ele mesmo escreve, “dói em meu coração: dolorosa e resplandecente”.⁹⁷ Dolorosa pelas recentes ofensas, mas também resplandecente porque, não obstante tais ofensas, como uma antiga estátua mutilada, que assim permanece depois da mutilação, também Siena, por mais ofendida que esteja, permanece ainda a cidade medieval por excelência, a “cidade única”.⁹⁸

É provavelmente também graças ao seu olhar crítico, mas amoroso, e aos seus conselhos que Siena, apesar dos numerosos e às vezes insensatos episódios sucessivos, manteve o seu caráter de cidade medieval, que ainda hoje caracteriza o seu núcleo histórico.⁹⁹ É também graças a ele e a todos aqueles que naqueles anos fizeram o máximo para oferecer a Siena um plano de desenvolvimento orgânico que “por trás dos corredores de estradas e dos muros” ainda podemos observar “as zonas verdes de campos e hortos, não jardins, mas verdadeiros campos com as vinhas e oliveiras”¹⁰⁰ (Figura 16), uma das características mais extraordinárias que torna única essa cidade (Figura 17).

O apelo de Brandi ao público da conferência de Turim de 1957 a respeito da responsabilidade de toda a sociedade civil sobre a tutela “de um patrimônio sacro como aquele da arte”,¹⁰¹ como “instância moral” antes mesmo do que como “tarefa técnica”, é, assim, o mesmo apelo voltado implicitamente aos seus contemporâneos – e a nós todos – como guardiões de um patrimônio único e irrepetível. Um patrimônio no qual, segundo a conhecida definição da “Comissão Franceschini”,¹⁰² reconhecemos um valor proeminente de civilização, absoluto, universal e não transeunte” e do qual somos “apenas depositários e, desse modo, responsáveis perante a sociedade, todo o mundo civil e as gerações futuras”.¹⁰³

citação vem da Declaração de Princípios da Comissão. Entre os temas tratados pela “*Commissione Franceschini*”, muito espaço foi dedicado à questão dos centros históricos no âmbito mais alargado dos bens culturais ambientais. Ver, em particular, o capítulo IV, “*Dichiarazione XL. Centri storici e loro tutela*” (*Ibid.*, p. 71-72); a coletânea de documentos sobre “*Il nuovo contro l'antico*” (*Id.*, 1967b, p. 503-556); e as numerosas fotografias sobre a “*Deturpazione dei centri storici e del paesaggio*” (*Ibid.*, figuras 281-366).



Figura 16 – Siena, vista do Salicotto em direção ao vale da Porta Giustizia; ao fundo, a igreja de S. Agostino. Fonte: Foto da autora (2025).



Figura 17 – Siena, vista em direção à S. Domenico e à Catedral, do Belvedere no *viale XXV Aprile*. Em primeiro plano, Terra Mater, escultura de bronze de Andrea Roggi. Fonte: Foto da autora (2024).

AGRADECIMENTOS

A autora agradece a Beatriz Mugayar Kühl e a Pedro Vieira pelos preciosos conselhos e pela tradução do texto.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do documento.

SOBRE A AUTORA

Marina Docci é arquiteta e doutora em conservação de bens arquitetônicos pela Sapienza Università di Roma. É professora associada de restauro arquitetônico no Dipartimento di Storia, Disegno e Restauro dell'Architettura da Facoltà di Architettura da Sapienza Università di Roma. É professora do doutorado em Storia, Disegno e Restauro dell'Architettura. Suas pesquisas são voltadas ao entendimento, análise e avaliação de mudanças urbanas, e a temas relacionados à restauração de centros históricos, com especial interesse no patrimônio industrial e na relação entre cor, arquitetura e contexto urbano. Atualmente é vice-presidente nacional da Associazione Italiana per il Patrimonio Archeologico Industriale (AIPAI). E-mail: marina.docci@uniroma1.it.

REFERÊNCIAS

Fontes impressas

CEDERNA, Antonio. L'operazione Wright. *Il Mondo*, 9 fev. 1954a, p. 11-12.

CEDERNA, Antonio. Un piano per Siena. *Il Mondo*, 30 nov. 1954b.

CEDERNA, Antonio. La città difesa. Lettere scarlatte. *Il Mondo*, 5 fev. 1957, p. 12.

ITÁLIA. *Legge 26 aprile 1964, n. 310*. Costituzione di una Commissione d'indagine per la tutela e la valorizzazione del patrimonio storico, archeologico, artistico e del paesaggio. Itália: Presidência da República, 1964. Disponível em: <https://tinyurl.com/rvenmzzy>. Acesso em: 2 jan. 2026.

MONELLI, Paolo. S.O.S. *Oggi*, ano III, n. 25, p. 12-13, 21 jun. 1941.

PANE, Roberto. Disaccordo architettonico. *Il Mondo*, 2 mar. 1954a, p. 12.

PANE, Roberto. La laguna “organica”. *Il Mondo*, 2 fev. 1954b, p. 11.

PANE, Roberto. L'architettura e la storia. *Il Mondo*, 13 abr. 1954c, p. 12.

PANE, Roberto. Lettere scarlatte. La città difesa. *Il Mondo*, 29 jan. 1957, p. 13.

QUARONI, Ludovico. Wright sull'Appia. *Il Mondo*, 16 mar. 1954, p. 11-12.

ZEVI, Bruno. Una moderna Ca' d'Oro divide gli italiani. *L'Espresso*, 8 jun. 1954.

ZEVI, Bruno. Luigi Piccinato e Ignazio Gardella: Premiati un urbanista e un architetto. *L'Espresso*, 2 out. 1955.

ZEVI, Bruno. Siena salvata. Sviluppo senza traumi, dettato dalla storia. *L'Espresso*, 22 abr. 1956a.

ZEVI, Bruno. Invettiva di Cesare Brandi. Architettura moderna alla sbarra. *L'Espresso*, 6 jun. 1956b.

Livros, artigos e teses

ARGAN, Giulio Carlo. Urbanistica e architettura. *Le Arti*, I, fasc. IV, p. 365-373, 1939.

ARGAN, Giulio Carlo. Edilizia popolare e tutela monumentale. *Edilizia Popolare*, v. 1, n. 1, p. 19-20, 1954.

BARBACCI, Alfredo. La Sistemazione edilizia del quartiere di Salicotto a Siena. *La Diana*, VIII, n. 3-4, p. 254-267, 1933.

BARZANTI, Roberto. Siena. L'attuazione del piano del '59. Il programma di revisione. La dimensione intercomunale del Piano. *Urbanistica Informazioni*, v. XII, p. 49-51, 1983.

BARZANTI, Roberto. Un'istanza morale. In: BRANDI, Cesare. *Il vecchio e il nuovo nella città antica*. Siena: Accademia Senese degli Intronati e Betti Editrice, 2007. p. 5-17.

BERENSON, Bernard(o). Come ricostruire la Firenze demolita. *Il Ponte*, v. I, n. 1, p. 33-38, 1945.

BIANCHI BANDINELLI, Ranuccio. Come non ricostruire la Firenze demolita. *Il Ponte*, v. I, n. 2, p. 114-118, 1945.

BOTTONI, Piero; LUCHINI, Aldo; PICCINATO, Luigi. Il Piano Regolatore Generale di Siena. *Urbanistica*, v. XXVII, n. 23, p. 17-30, 1958.

BRANDI, Cesare. Il vecchio e il nuovo nelle antiche città italiane (Conferenza tenuta all'Associazione Culturale Italiana, Torino, 17 febbraio 1956. *Quaderni ACI*, XXI, 1956a.

BRANDI, Cesare. Il tessuto urbano non ammette ulteriori smagliature. *Il Resto del Carlino*, 5 mai. 1956b.

BRANDI, Cesare. Processo all'architettura moderna. *L'Architettura-cronache e storia*, v. II, n. 11, p. 356-360, settembre de 1956c.

BRANDI, Cesare. Ancora e sempre del vecchio e del nuovo nelle antiche città italiane. Rai – Terzo programma. 1956d.

BRANDI, Cesare. *Arcadio o della scultura. Eliante o dell'architettura*. Torino: Einaudi, 1956e.

BRANDI, Cesare. L'autostrada del Sole e il piano regolatore di Siena. Rai – Terzo programma. 1957.

BRANDI, Cesare. Siena non ha bisogno di pericolosi “ritocchi”. *Corriere della Sera*, 29 set. 1960.

BRANDI, Cesare. *Teoria del restauro*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1963.

BRANDI, Cesare. Il Duomo di Siena non ha bisogno di “aggiunte”. *Corriere della Sera*, 18 mai. 1964a.

BRANDI, Cesare. Il nuovo sul vecchio. *La Fiera Letteraria*, Roma, 27 set. 1964b.

BRANDI, Cesare. Una misura lirica. In: *Tuttitalia. Enciclopedia dell'Italia antica e moderna*. Firenze: Sansoni, 3 marzo 1965, p. 741-743.

BRANDI, Cesare. Un'offesa al panorama di Siena. *Corriere della Sera*, 23 abr. 1969.

BRANDI, Cesare. *Struttura e architettura*. Torino: Einaudi, 1971.

BRANDI, Cesare. Ma è difficile essere senesi. *Corriere della Sera*, 15 out. 1982.

BRANDI, Cesare. *Aria di Siena: I luoghi, gli artisti, i progetti*. (a cura di Roberto Barzanti). Roma: Editori Riuniti 1987.

BRANDI, Cesare. *Terre d'Italia*. Milano: Bompiani, 2019.

BRANDI, Cesare. *Il patrimonio insidiato: scritti sulla tutela del paesaggio e dell'arte*. Roma: Editori Riuniti, 2001.

BRANDI, Cesare. *Teoria da Restauração*. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

BRANDI, Cesare. *Il vecchio e il nuovo nella città antica*. Textos organizados por Roberto Barzanti. Siena: Accademia Senese degli Intronati e Betti Editrice, 2007.

CALZECCHI ONESTI, Carlo. Urbanistica e monumenti. *Costruzioni Casabella*, v. XIV, n. 165, p. 2-7, 1941.

CASIELLO, Stella; PANE Andrea; RUSSO, Valentina (org.). *Roberto Pane tra storia e restauro: architettura, città, paesaggio*. Venezia: Marsilio, 2010.

CEDERNA, Antonio. *I vandali in casa*. Bari: Editori Laterza, 1956. p. 271-281.

DE ANGELIS D'OSSAT, Guglielmo. Rispettiamo le nostre antiche e belle città. *Urbanistica. Rivista dell'Istituto Nazionale di Urbanistica*, a. XIII, n. 3-6, maggio-dicembre 1944, p. 20-22.

DE ANGELIS D'OSSAT, Guglielmo. La salvaguardia dei centri urbani d'interesse artistico. *Le Vie d'Italia*, 2, p. 113-118, 1946.

DE ANGELIS D'OSSAT, Guglielmo. *Sul restauro dei monumenti architettonici*: concetti, operatività, didattica. Roma: Scuola di specializzazione per lo studio ed il restauro dei monumenti, Università degli studi di Roma "La Sapienza", 1995. p. 53-58.

DE ANGELIS D'OSSAT, Guglielmo. La salvaguardia dei centri urbani d'interesse artistico. *Palladio*, n. 29-30, p. 231-236, 2002.

DE MARTINO, Umberto. Cento anni di dibattiti sul problema dei centri storici. *Rassegna dell'Istituto di Architettura e Urbanistica*, Roma, ano II, n. 4, p. 75-116, 1966.

DORFLES, Gillo. L'architettura moderna può coesistere con l'antica? *Domus*, n. 318, p. 9, 1956.

GIOVANNONI, Gustavo. Vecchie città ed edilizia nuova. *Nuova Antologia*, v. XLVIII, n. 995, p. 449-472, 1913.

GIOVANNONI, Gustavo. *Vecchie città ed edilizia nuova*. 2ª ed. Torino: Città studi, 1995.

LA CONSERVAZIONE dei monumenti antichi. *L'Architettura cronache e storia*, v. II, n. 18, p. 917, 1957.

LETTERA di un gruppo di architetti, inviata il 27 dicembre 1956 al Presidente di "Italia Nostra". *Italia Nostra. Bollettino dell'Associazione nazionale Italia Nostra per la tutela del patrimonio artistico e naturale*, I, n. 1., mar.-apr. 1957, p. 15-16.

MAGGI, Stefano. *Il piano regolatore di Siena del 1956*. Siena: Protagon Editori, 2011.

MELIS, Armando. Urbanistica e vecchi centri. *Urbanistica*, v. X, n. 3, p. 18-19, 1941a.

MELIS, Armando. Ancora di urbanistica e vecchi centri. *Urbanistica*, v. X, n. 4-5, p. 23-24, 1941b.

MEN, Renzo. Lettere al Direttore. *Casabella-Continuità*, n. 205, p. 2 e 92, 1955.

MIARELLI MARIANI, Gaetano. *Centri storici: note sul tema*. Roma: Multigrafica Editrice, 1987.

MICHELUCCI, Giovanni. La casa sul Canal Grande. Lettere. *Metron*, X, n. 51, p. 2, 1954a.

MICHELUCCI, Giovanni. Le ragioni di una polemica. *La nuova città*, n. 14-15, jun. 1954b.

MICHELUCCI, Giovanni. *La nuova città*. (a cura di R. Risaliti). Pistoia: Libreria Editrice Tellini, 1975. p. 401-406.

PANE, Andrea. Il vecchio e il nuovo nelle città italiane: Gustavo Giovannoni e l'architettura moderna. In: FERLENGA Alberto; VASSALLO, Eugenio; SCHELLINO, Francesca (org.). *Antico e Nuovo: architetture e architettura*. Venezia: Il Poligrafo, 2007. p. 215-231.

PANE, Andrea. "L'inserzione del nuovo nel vecchio". Brandi e il dibattito sull'architettura moderna nei centri storici (1956-64). In: CANGELOSI, Antonella; VITALE, Maria Rosaria (org.). *Brandi e l'architettura*. Siracusa: Lombardi editori, 2008. p. 307-325.

PANE, Andrea. Diradamento e risanamento delle "vecchie città". L'opera di Piccinato tra continuità e rottura con Giovannoni da Padova a Napoli. In: BELLI, Gemma; MAGLIO, Andrea (org.). *Luigi Piccinato (1899-1983): architetto e urbanista*. Roma: Aracne Editrice, 2015. p. 53-77.

PANE, Andrea. Da vecchie città a centri storici: il contributo di Luigi Piccinato alla conservazione urbana tra ricostruzione e primo boom economico. *Storia Urbana*, v. 40, n. 156-157, p. 97-123, 2017.

PANE, Roberto. Città antiche edilizia nuova. (Intervento al VI Congresso Nazionale di Urbanistica). Torino, 18-21 ottobre, 1956.

PANE, Roberto. *Città antiche edilizia nuova*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1959.

PANE, Roberto. *Attualità e dialettica del restauro*. Chieti: Marino Solfanelli Editore, 1987, pp. 113-130.

PANE, Roberto; ROGERS, Ernesto Nathan. Dibattito sugli inserimenti nelle preesistenze ambientali. *Casabella Continuità*, n. 214, p. 2-4, 1957.

PER LA SALVEZZA dei beni culturali in Italia. Atti e documenti della Commissione d'indagine per la tutela e la valorizzazione del patrimonio storico, archeologico, artistico e del paesaggio. Roma: Casa editrice Colombo, 1967a. v. 1.

PER LA SALVEZZA dei beni culturali in Italia. Atti e documenti della Commissione d'indagine per la tutela e la valorizzazione del patrimonio storico, archeologico, artistico e del paesaggio. Roma: Casa editrice Colombo, 1967b. v. 3.

PIACENTINI, Marcello. Commenti e polemiche: Lettera a Monelli. *Architettura*, v. XX, fasc. VII, p. 302-303, 1941.

PICCINATO, Luigi. Appello ai conservatori. *L'Architettura-cronache e storia*, v. I, n. 1, p. 35-37, 1955.

PICCINATO, Luigi. Siena: città e piano. *Urbanistica*, ano XXVII, n. 23, p. 8-16, 1958.

RAGGHianti, Carlo Ludovico. Nota sull'urbanistica. *Costruzioni Casabella*, v. XIV, n. 166, p. 2-5, 1941.

RIBOLDAZZI, Renzo. Tra passato e futuro, con “equilibrio ed infinito amore”: Il piano regolatore di Siena di Piero Bottoni, Aldo Luchini e Luigi Piccinato, 1953-58. In: GIAMBRUNO, Maria Cristina (org.). *Per una storia del Restauro urbano: piani, strumenti e progetti per i centri storici*. Novara: Città Studi Edizioni, 2007. p. 131-144.

ROGERS, Ernesto Nathan. Polemica per una polemica. *Casabella Continuità*, n. 201, p. 1-4, 1954.

ROGERS, Ernesto Nathan. Le preesistenze ambientali e i temi pratici contemporanei. *Casabella Continuità*, n. 204, p. 3-6, 1955a.

ROGERS, Ernesto Nathan. Lettere al direttore. Risposta a Renzo Men. *Casabella Continuità*, n. 205, p. 92, 1955b.

ROMBY, Giuseppina Carla. Dipingere le rovine: Galileo Chini; Progetti per la nuova città antica; Una difficilissima ricostruzione. In: LOJA, Raffaella (org.). *Ricostruzione della memoria, memoria della ricostruzione*. Firenze: Comune di Firenze, 2025. p. 10-66. Disponivel em: <https://tinyurl.com/jr4vxb7e>. Acesso em: 6 maio 2025.

RUSSO, Valentina. *Giulio Carlo Argan: restauro, critica, scienza*. Firenze: Nardini Editore, 2009.

SZYMANSKA, Joanna. *Transformation of the urban fabric in Siena during fascism: Sventramento and Risanamento of Salicotto, formerly known as the Jewish Ghetto*. 2000. Tese (Doutorado) – New Jersey Institute of Technology, Nova Jersey, 2000. Disponivel em: <https://digitalcommons.njit.edu/theses/801>. Acesso em: 2 jan. 2026.

VASSALLO, Eugenio. Centri antichi 1861-1974, note sull'evoluzione del dibattito. *Restauro*, Napoli, ano IV, n. 19, p. 3-96, 1975.

ZEVI, Bruno. *Cronache di architettura*. Bari: Laterza, 1971, v. 1.

ZEVI, Bruno. Visione prospettica e spazio-temporalità nell'architettura moderna. *L'Architettura cronache e storia*, v. II, n. 11, p. 322-323, 1956c.

ZUCCONI, Guido. *La città contesa: dagli ingegneri sanitari agli urbanisti (1885-1942)*. Milano: Jaca Book, 1989.

ZUCCONI, Guido. *La città degli igienisti: riforme e utopie sanitarie nell'Italia umbertina*. Roma: Carocci Editore, 2022.

Tradução: Beatriz Kühl e Pedro Vieira.

Artigo apresentado em: 24/06/2025. Aprovado em: 14/10/2025.

Editores responsáveis: Maria Aparecida de Menezes Borrego e David Ribeiro.



All the contents of this journal, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution License